

# Plano Mais Brasil: desta vez é diferente

Fernando de Holanda Barbosa

Professor da EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

No dia 5 de novembro último o governo Bolsonaro apresentou ao Senado um novo plano de reformas, denominado Plano Mais Brasil, contendo três propostas de emenda constitucional (PEC): 1. Emergencial; 2. Pacto Federativo e 3. Fundos Públicos.

A PEC Emergencial tem como um dos objetivos a disciplina fiscal que não foi respeitada com a Lei de Responsabilidade Fiscal, como pode ser constatado pela crise fiscal dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. A PEC do Pacto Federativo tem como escopo descentralizar os recursos e flexibilizar a gestão dos mesmos. A PEC dos Fundos Públicos revelou a existência de 281 fundos públicos no Brasil e pretende extinguir a maioria deles. Uma decisão bastante sensata diante de tanto desrespeito ao contribuinte brasileiro. Esta PEC acena com a possibilidade de criação de fundos para a infraestrutura e para a erradicação da pobreza.

Para analisar esta proposta de reforma do Estado brasileiro vou tomar emprestado, novamente, o tí-

tulo do livro de Reinhart e Rogoff: *Desta vez é diferente* (Reinhart, Carmen e Kenneth Rogoff. *This time is different, eight centuries of financial folly*. Princeton: Princeton University Press, 2009). Esta reforma, em substância, é diferente de outras reformas que foram feitas em situações semelhantes no nosso país?

Nos últimos 60 anos o Brasil teve três grandes crises fiscais: 1. 1960-1964; 2. 1980-1994 e 3. 2014/? Estas crises produziram estagnação e, em seguida, reformas para colocar no eixo as finanças públicas. O fenômeno recorrente brasileiro tem as seguintes etapas: crescimento econômico, crise fiscal, estagnação e reformas. Começa, então, um novo ciclo de crescimento, crise fiscal, estagnação e reformas. Atualmente, estamos nas fases de estagnação e reformas do ciclo mais recente.

Por que a sociedade brasileira produz este fenômeno recorrente? A cultura brasileira produz a economia de privilégios, na qual diferentes agentes, trabalhadores e empresários, procuram apropriar-se de recursos públicos, seja de modo legal ou não. A economia de privilégios provoca crise fiscal dos municípios, estados e

União, reduzindo o investimento público e utilizando poupança privada para financiar o déficit público. A consequência desta ação predadora é a estagnação econômica.

Como sair da crise fiscal e da estagnação? As reformas têm que restabelecer a saúde das finanças públicas acabando com privilégios. Mas nem todos, porque muitos são travestidos de direitos adquiridos e outros encontram resistência de grupos bem organizados politicamente. A segunda tarefa das reformas seria restabelecer a capacidade de crescimento do produto potencial aumentando a taxa de investimento da economia e, em particular, do setor público na infraestrutura.

Na crise de 1960-64, o PAEG do governo Castello Branco tratou da crise fiscal com aumento da carga tributária, reformas da Previdência e tributária. Na questão do crescimento aumentou a poupança com mecanismos de poupança compulsória, com a criação do FGTS e de impostos vinculados ao investimento em estradas, telecomunicações e energia elétrica. O PAEG combateu a inflação, no início com instrumentos ortodoxos, e depois da desco-

berta do componente de inércia da inflação, que Simonsen, seu descobridor, denominava na época de realimentação, introduziu o componente heterodoxo, de reajuste salarial de acordo com a média e não baseado no pico do salário real. Este plano de estabilização foi o primeiro plano neo-ortodoxo. O grande pecado do PAEG foi não trazer a taxa de inflação anual para um dígito, preferindo optar pelo regime de inflação crônica, em que parte do déficit público é financiado pela emissão de moeda. Este regime de inflação crônica sobreviveu até o Plano Real em 1994.

A pior crise fiscal brasileira ocorreu na década de 80 e somente terminou com o Plano Real. Nesta crise tivemos de tudo, calote na dívida externa, hiperinflação, estagnação e um bom número de planos de estabilização heterodoxos, que atacavam os sintomas e não a causa da hiperin-

flação, a crise fiscal. O Plano Real começou em 1994 e terminou em 1999 com a introdução do regime de metas de inflação. Como ocorreu com o PAEG houve aumento da carga tributária, substituindo-se o imposto inflacionário por outros impostos menos regressivos. O governo FHC procurou com a Lei de Responsabilidade Fiscal impedir o assalto aos cofres públicos pela economia de privilégios. Esta ignorou os dispositivos legais e mostrou que a lei é incapaz de derrotar a cultura de Macunaíma.

A grande vitória do Plano Real foi sepultar o regime de inflação crônica. O que aconteceu com Macunaíma, que permitiu que isto acontecesse? A população pobre, que não participa da economia de privilégios, descobriu uma arma poderosa para enfrentar a inflação: o voto para presidente da República. A crise fiscal atual está sendo financiada com o aumento em

bola de neve da dívida pública, num processo que será revertido no futuro próximo com a aprovação das reformas do governo Bolsonaro.

A estratégia Temer/Bolsonaro para debelar a crise fiscal atual consiste, como nas demais crises, em cortar os privilégios que forem possíveis de corte. As três PECs discutidas neste artigo não sairão intatas do Congresso, como é o caso, por exemplo, daquela que trata de acabar com os municípios que vivem quase exclusivamente do dinheiro alheio. A estratégia Temer/Bolsonaro falha em dois pontos: 1. combater a crise fiscal sem aumento da carga tributária e 2. não criar mecanismos para aumento do investimento do governo em infraestrutura. A PEC dos Fundos acena com a possibilidade de criação de um fundo para infraestrutura, porém num prazo de dois anos a partir da aprovação da mesma. ■